

ANTROPOLOGIA NOS CRUZAMENTOS DA CIDADE



Anthropology at the intersections of the city

Rodolfo Teixeira Alves

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia | Rio de Janeiro, Brasil
jadealobo@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-2687-9036

Resumo

A proposta do texto é levantar algumas questões sobre as zonas de contato entre as disciplinas Antropologia e Arquitetura e Urbanismo. O texto foi apresentado, como aula, na disciplina eletiva "Antropologia da Arquitetura", ministrada pela professor Antônio Agenor (FAU/UFJF), e parte de sua provocação: "como fazer antropologia da arquitetura, da cidade, da paisagem?". A aposta é na relação, na observação e na escuta, orientada pela disposição para o aprendizado.

Palavras-chave

antropologia da arquitetura; estudos urbanos; observação participante; cidade; rua.

Abstract

The proposal of the text is to raise some questions about the areas of contact between the disciplines Anthropology and Architecture and Urbanism. The text was presented, as a class, in the elective discipline "Anthropology of Architecture", taught by Professor Antônio Agenor (FAU / UFJF), and part of his provocation: "how to make anthropology of architecture, of the city, of the landscape?". The focus is on relationship, observation and listening, guided by the willingness to learn.

Keywords

architectural Anthropology; urban studies; participant observation; city; street.



*Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as
linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas...*

As cidades invisíveis, Italo Calvino

Talvez devêssemos levar mais a sério a ideia da cidade - a rua, em especial - como um lugar de encontros e desencontros.¹ Entender que essa possibilidade é regida pela força das contingências e confluências que, na vida, assumem a dinâmica do cruzo. *Cruzo* é a dimensão teórico-metodológica dos cruzamentos, das travessias e confluências (Simas, Rufino e Haddock-Lobo, 2020:189). A escolha de caminhos, de um direcionamento entre outros, sempre contingente e convergente. Confluência como processo de mobilização e ajuntamento (Santos, 2015). Experienciar a cidade sob o princípio do encontro, do jogo que reelabora simbolicamente o espaço (Sodré, 2019).

Tenho aprendido muito a olhar e a viver a cidade com essas filosofias populares de “arruaças”, que oferecem saberes e práticas cotidianas que dinamizam a vida e “nos oferecem possibilidades sempre intensas de sermos de outras maneiras” (Flor do Nascimento, 2020:10). O cotidiano como espaço-tempo da invenção, a rua como “lugar de improvisos e soluções”, diz Luiz Rufino (2020:76-79). Ele nos convida a pensar a errância como forma de experimentar a rua e a entender a encruzilhada como um campo de possibilidade (Rufino, 2020:105).

Entender a cidade como terreiro coloca em perspectiva pessoas com seus saberes e práticas que povoam ruas, quintais, esquinas, bares, festas, e até mesmo os “espaços vazios”. Orienta-se pelos atos espacializantes que se apropriam do

¹ Escrevi este texto como conferência para alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, a convite do professor Antônio Agenor Barbosa. Tentei construir o texto com uma linguagem dialógica, entendendo que era uma disciplina de graduação com o nome de “Antropologia da Arquitetura”. O texto parte da provocação de Antônio Agenor de como podemos pensar uma antropologia da arquitetura, da cidade e da paisagem. Em virtude da pandemia de Covid-19, a conferência aconteceu virtualmente, no dia 26 de janeiro de 2021. Deixo aqui meus agradecimentos ao professor Antônio Agenor pela oportunidade de refletir sobre as questões que apresento em seguida.

mundo para instituir outras lógicas (Sodré, 2019). Terreiro é onde se existe, se experimenta, se percebe com o corpo. O corpo-território para Muniz Sodré é por onde “todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo” (Sodré, 2019: 125). O corpo, portanto, como campo perceptivo.

Terreiro é “espaço praticado pelos ritos de pertencimento”, diz Luiz Antonio Simas (2019:74). Luiz Rufino dá um exemplo disso quando fala de Seu Jorge, um malandro de Madureira, que afirmou em certa ocasião: “Eu nasci em Madureira e não no Brasil! Sou um originário do oco do morro” (Rufino, 2020:142). É em Madureira que Seu Jorge vive; sua “espiritualidade madureirense” está na descida do morro, nas cores do Império Serrano, na camisa do Madureira Esporte Clube, no Mercado.

A cidade terreiro é a antítese da cidade funcional. Pela sua própria natureza espacializante e por vezes de apropriação momentânea, o terreiro é contrário a utopia do projeto modernista que fez da cidade objeto e laboratório de experimentação científica. Ou seja, a cidade terreiro não tem espaço na cidade esquadrinhada. Mas ela não deixa de ser vivenciada por pessoas e grupos nas práticas do cotidiano.

As teses funcionalistas do urbanismo europeu do início século XX encontraram, nos territórios colonizados, espaço e dinheiro para serem testadas como política pública (Gorelik, 2005). A cidade funcional pensada por Le Corbusier e companhia nos anos 1930 foi encampada no Brasil por Lucio Costa em Brasília e na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (Alves 2021). O papel do urbanista, disse ele, era “prever soluções para problemas que ainda não surgiram, mas que virão com certeza” (Costa, 2010:51).

Hoje, nas cidades, impera a lógica do enclausuramento, os espaços privatizados, a arquitetura hostil e a vida atrás das grades de alumínio que vêm tomando as calçadas na Zona Sul carioca. Também na Zona Norte, vejo aqui na Vila da Penha, onde essas grades de alumínio são cada vez mais comuns, assim como cancelas, câmeras e seguranças privados que monitoram as ruas. É a lógica da cidade administrada por tecnologias e gestão militarizada dos espaços.

Mas tem disputa aí. Raquel Rolnik propõe pensar em termos de “guerra dos lugares” para falar de como esse modelo

de cidade é contestado por movimentos que resistem à redução dos lugares a mera extração de renda e, dessa forma, constroem alternativas de futuros possíveis fora dessa lógica (Rolnik, 2015:378). A saída da “crise” do planejamento urbano, diz Faranak Miraftab (2016:363-377), está no ato de “imaginar práticas de descolonização que tornem possível um urbanismo humano”.

A pretensão de prever problemas e oferecer soluções para as cidades levou o urbanismo modernista a muitas crises. O constrangimento diante dos seus próprios problemas de prepotência levou os profissionais da disciplina a buscar uma saída para seus dilemas. Num contexto de “mudança geral de paradigmas”, segundo Otilia Arantes (2015:11), a disciplina passou a ser discutida sob novos termos. Para Martin Corullon (2016:7), esse foi o momento do “desmonte crítico do cânone moderno”. Daí nasceu um “novo clima”, a partir da autocrítica, diz Rem Koolhaas (2016:17).

Mas, como Otilia Arantes chama a atenção, era um contexto de revisão geral dos paradigmas científicos. A antropologia, obviamente, não saiu impune. Marcio Goldman (1994) chamou isso de “complexo de culpa” que gerou crises internas nas Humanidades. Essas crises vêm do ressentimento pela filiação dessas disciplinas com a “razão ocidental” que, ao longo do século XX, empreendeu um trabalho contínuo de controle e exclusão da diferença, levando à frente o projeto moderno-colonial (Maldonado-Torres, 2020).

A arquitetura mudou e vem mudando, assim como a antropologia, que segue no mesmo fluxo. Muda porque a vida não é estática; e o ato de viver nos traz diariamente novos questionamentos. E, claro, sem mudança essas disciplinas simplesmente acabam. Mudam porque são atravessadas por outros saberes que contestam e apontam outras possibilidades. O antropólogo Tim Ingold fala da pedagogia dessas confluências da vida, de como as coisas avançam conforme caminhamos e encontramos pessoas. “Como os fios de uma corda, vidas se entrelaçam e se sobrepõem” (Ingold, 2018:7). Essa é uma dimensão teórico-metodológica importante para as disciplinas que carregam o título de Humanidades. A oportunidade de aprender com os *outros*.

Quando fiz o curso de Antropologia Urbana durante minha graduação em Ciências Sociais na UFRJ, me aproximei de muitos alunos da FAU (Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo) que procuravam na antropologia uma formação complementar para seus estudos. Era uma ocasião privilegiada para o diálogo interdisciplinar, para a troca de saberes que nos *afetava* mutuamente. Uma relação se dá sempre entre partes, nunca numa via de mão única. O pouco que eu sei de arquitetura aprendi nesse exercício de escuta que o diálogo aberto exige. Aprendi com o trabalho de Julia Sant’Anna no Morro da Babilônia (RJ), por exemplo, que na cidade construída por e para adultos, é importante escutar as crianças, reconhecer suas perspectivas e protagonismo sobre o espaço.²

A relação entre antropologia e arquitetura é um interesse que levei à frente e está presente em boa parte dos meus trabalhos. Em entrevista concedida a mim e a um colega em 2016,³ Raquel Rolnik disse que os estudos urbanos estão entrando na “era da antropologia”. Isso vem, segundo ela, após os estudos urbanos terem se enveredando pela sociologia, pela economia política e geografia como matrizes disciplinares. E essa era da antropologia surge por duas razões. Primeiro, só é possível entender o espaço construído a partir das relações que as pessoas estabelecem com o território. É o que chamamos de “espaço vivido”, que é um contraponto à lógica de financeirização do espaço, processo que Raquel Rolnik (2016) chamou de colonização da terra urbana. Para ela, a importância da antropologia é metodológica. Vem dos seus instrumentos e formas de produzir conhecimento, que consegue dar destaque, com isso, à dimensão do espaço vivido por pessoas e grupos.

A segunda razão é política e tem a ver com os movimentos sociais que contestam essa colonização do espaço urbano a partir da cultura. É no campo da cultura, para Rolnik, que reside a possibilidade de uma nova imaginação. A antropologia colabora de maneira explicativa, na medida em que pode cartografar esses novos movimentos e simbolização de espacialidades urbanas. Por empreenderem processos coletivos, a aposta é que esses movimentos sejam capazes de incidir de forma decisiva na reversão dessa colonização em curso.

² REZENDE, J. S. G. 2016. *Zonzo*: investigadores urbanos. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³ A entrevista aconteceu na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, quando Raquel Rolnik lançava seu livro *Guerra dos Lugares* (2016). A entrevista pode ser acessada aqui: <https://link.medium.com/AZv301OdUmb>

Creio que sim, a antropologia pode e deve contribuir com seu ferramental teórico-metodológico na discussão sobre os rumos do mundo, em especial sobre os dilemas (sociais, políticos, econômicos, filosóficos) daqueles com os quais ela estuda. Uma “antropologia por demanda”, quando o papel político da disciplina é “colaborar no complicado processo de expansão do direito e de articulação entre horizontes culturais particulares e uma jurisdição que se confunde com a própria humanidade” (Segato 2006). Essa é uma postura ética necessária, e cada vez mais urgente.

Tem a ver com educação e sobre como nós, afinal, lidamos com o mundo. Aprendemos e ensinamos quando interagimos com outras pessoas, quando estamos com elas no “trabalho de campo”, que é uma situação de aprendizado mútuo. Nós, antropólogas e antropólogos, devemos ter a postura ética de ir além da interpretação e explicação do comportamento deste ou daquele grupo. É claro que a alteridade nos instiga e mobiliza nosso trabalho. Parte do que buscamos é mostrar como aquela experiência de vida tem a nos ensinar sobre a complexidade do mundo. Mas todo cuidado para não objetificar o *outro* é pouco, algo que a antropologia, como braço direito do colonialismo, fez ao longo do século XX. Essa é uma de nossas crises internas.

Aprendemos quando compartilhamos a presença com essas pessoas. O envolvimento afetivo é importante, diz Tim Ingold (2015), quando deixamos de objetificar os outros e passamos a prestar a atenção neles, “vendo o que fazem e escutando o que dizem”. É um estudo *com* as pessoas, e não *sobre* elas, e isso vem da generosidade e disposição que essas pessoas têm para nos receber. “Não se trata descrever outras vidas, mas de unir-se a elas na tarefa comum de encontrar formas de viver” (Ingold, 2018:13). A observação participante é, portanto, o ato de compartilhar da presença do outro; é uma forma de estar com as pessoas.

Acredito que nossas disciplinas só têm a ganhar quando se abrem para a escuta dos outros. Esse é o exercício, a nossa saída e a chance de dar alguma resposta aos dilemas que enfrentamos coletivamente. Mas isso exige humildade de nossa parte, além da generosidade por parte de quem nos recebe. Dessa forma, conceber um projeto arquitetônico ou urbanístico deve ter como pressuposto a escuta e atenção às demandas. E o que as pessoas envolvidas no projeto, sobretudo os beneficiários, têm a ensinar sobre arquitetura e urbanismo.

A saída para nossas crises epistemológicas, em geral, está fora e não dentro dos nossos campos disciplinares. Buscar entender como outras pessoas compreendem aquilo que julgamos dominar pode ser um bom recurso, só que dificilmente será a solução. As pessoas não vivem para dar respostas aos nossos problemas teóricos e metodológicos. A correspondência, porém, “educa nossa percepção do mundo e abre os nossos olhos e mentes para outras possibilidades”, diz Tim Ingold (2015:327-348). Mas não é um exercício de imaginação e experiência para nos tranquilizar e resolver nossas crises. Ao contrário. É para desestabilizar e perturbar ainda mais. Esse é o ganho principal.

Volto à questão inicial do texto. Proponho pensar os cruzamentos na cidade a partir de processos de transformação urbana, com projetos de produção material e simbólica do espaço. Essa é uma situação que sempre cria campos de disputa sobre os imaginários sociais do território. A cidade, entendida pelas camadas de urbanidade que a compõe, guarda histórias de vida, projetos pessoais e de grupos, de continuidades e descontinuidades de uso e ocupação, de exercício de poder e contrapoder na apropriação de espaços. A conversa é longa, e aqui me limito a alguns apontamentos. Quero pensar como esses projetos urbanos cruzam e marcam trajetórias de vida. Vou recorrer a dois exemplos pessoais para tratar disso.

Um “nativo” dentro de casa

Cresci ouvindo do meu tio Paulinho a história de que ele apareceu num filme gravado no Catumbi (Rio de Janeiro), quando ele morava lá, nos anos 1980. Ele se referia às pessoas que fizeram o filme como “pesquisadores”. Mas sua frustração era por nunca ter visto tal filme, mesmo que tenha sido exibido algumas vezes aos moradores do bairro, na Nossa Senhora da Salete.

Isso não tinha muita importância para mim quando moleque. Pensava ser mais uma das histórias do meu tio, das muitas que ele gosta de contar. Ele, malandro que é, sempre esteve envolvido com uma boa história. O tempo passou e eu cresci, e ora ou outra meu tio lembrava essa história, e seguimos.

Já como aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, entre muitas leituras, li o clássico da antropologia urbana carioca “Quando a rua vira casa” (1980), de Marco

Antonio da Silva Mello e Arno Vogel. Mello é professor do Departamento de Antropologia do IFCS. Embora nunca tenha tido aula com ele, nos cruzamos pelos corredores do IFCS algumas vezes. O livro traz uma discussão sobre desenvolvimentismo urbano e projeto rodoviaristas dos anos 1960 e 1970, feito a partir do diálogo entre antropologia e arquitetura e urbanismo. O livro conta também com a participação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que era antropólogo-arquiteto, ou, como ele se autodenominava, “antopoteto”. Indico muito a leitura do livro, que ganhou 4ª edição em 2017 pela Eduff.

Mas vamos voltar à história do meu tio. Além da descrição etnográfica que o livro apresenta, traz também algumas fotos e croquis. Não tinha foto do meu tio, mas fui mostrar para ele as pessoas retratadas no livro. Para minha surpresa - e dele -, ele conhecia praticamente todo mundo. O rapaz e o bar que ele frequentava, a rua tal e a casa de fulana e sicrana. Ele viveu lá com aquelas pessoas. Era, como falávamos em antropologia, um “nativo”. Ele e minha tia ficaram algumas boas horas com o livro nas mãos, recordando e dando gargalhadas sobre o Catumbi, mais de 30 anos depois. E a vida seguiu.

Certo dia, também no IFCS, conheci a Jessica Ojana, arquiteta-antropóloga, hoje colega no PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) e URBANO - Laboratório de Estudos da Cidade (IFCS/UFRJ). Isso foi no começo de 2016, no seminário que eu e alguns colegas organizamos para discutir os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Àquela altura, eu já estava envolvido com antropologia urbana. Ao longo da discussão, falamos do livro “Quando a rua vira casa” e Jessica disse que existia um filme que foi feito junto com o livro, que estava disponível no YouTube.⁴ Fui atrás do tal filme, que encontrei e assisti, e eis que de repente, lá pelos 14 minutos decorridos, aparece meu tio no armazém São José, regata vermelha, jeito malandro tão familiar para mim, respondendo a uma pergunta sobre trabalho e lazer.

Tratei logo de mostrar o filme a ele. Um dia reuni toda a família, disse que tinha uma surpresa. Meus tipos passaram a apontar para tela reconhecendo, agora no filme, pessoas e os lugares que eles frequentavam no bairro em que moraram por

⁴ Quando a rua vira casa - parte 1. Dir. Tetê Moraes, 1981, documentário. Disponível no Youtube: [encurtador.com.br/ctOT5](https://www.youtube.com/watch?v=ctOT5).

muitos anos. A surpresa maior veio quando tio Paulinho apareceu na tela, compartilhando com os “pesquisadores” o seu entendimento em relação a trabalho e lazer. “Trabalho e lazer, vou te dizer, combino tudo numa coisa só, bicho. Tô trabalhando, tô fazendo lazer; tô em casa, tô fazendo lazer também. O meu lazer é esse. No trabalho, eu tomo uma cervejinha; em casa, eu tomo uma cervejinha também, [risos], misturo tudo. Meu negócio é curtir”. Foi emoção geral, dele em particular. Sua resposta me surpreendeu e ainda me leva a pensar como, de maneira muito sábia, a partir da experiência dele, meu tio subverte com maestria a dicotomia trabalho e lazer. Enquanto a racionalidade do mundo moderno insiste em separar a vida em instâncias segmentadas e controladas - hora para isso e aquilo -, tio Paulinho se orienta por outro princípio.

Penso como a vida dá voltas, como ela cruza e descruza pessoas o tempo todo. Minha trajetória me levou a caminhos que, um tanto por escolhas e um bom tanto por contingência, me possibilitaram reconectar meu tio com o trabalho dos “pesquisadores” quase 40 anos depois. Me permitiu encontrar um material que me apresentou como era meu tio muitos anos antes de eu nascer. De ouvir, pelo menos em parte, qual era - e, em boa medida, ainda é - sua sabedoria em relação a trabalho e lazer. Hoje tomo uma cervejinha com ele, e continuo aprendendo com suas histórias. Afinal, o importante não é saber se são verídicas ou não; o ponto é estar atento aos ensinamentos que elas trazem. Hoje eu sou um “pesquisador” para outras pessoas, que compartilham comigo seus entendimentos sobre a vida e sobre a cidade.

Antropologia começa com um pedido de licença

A pergunta que engatilhou este texto, proposta pelo professor Antônio Agenor, propõe pensar as possibilidades de fazer antropologia da arquitetura, da cidade e da paisagem. Minha intenção aqui foi pensar em uma bifurcação. Por um lado, digo que a antropologia nos cruzamentos da cidade tem a ver com os cruzos que a “observação participante” promove na elaboração de uma etnografia. Seguindo esse modelo de trabalho, nos dispomos a estar com pessoas e, pela escuta, aprender com elas sobre suas experiências de vida. Como se trata de um diálogo, essas pessoas também aprendem conosco. Assim, através do encontro, construímos juntos os caminhos para os dilemas apresentados. Como somos sempre recebidos

em um *contexto*, convém pedir licença aos nossos anfitriões e esperar a generosidade para que possamos compartilhar de sua presença.

Não existe receita de como fazer. De alguma forma as circunstâncias organizam os rumos do processo, e em geral agimos como, para nós, parece ser a melhor maneira para aquela situação. Não estou tentando convencer vocês a substituírem o *sketchbook* por um “diário de campo”, mesmo que eu perceba muitas similaridades em como usamos essas ferramentas. É mais comum o uso do texto do que desenho em antropologia; obviamente, há quem use os dois. Mas o importante é que tanto o *sketchbook* quanto o “diário de campo” são usados para registrar nossas observações do ambiente em que estamos inseridos.

Em antropologia, qualificamos a observação como “participante”, que diz respeito ao contato (ou intermitente) com as pessoas em seus ambientes culturais. Nos situamos e participamos para aprender. Aprendemos a ver, a ouvir, a trocar a partir da relação com os nossos anfitriões. Nesses termos, uma educação em antropologia “faz mais do que nos prover conhecimento sobre o mundo - sobre pessoas e suas sociedades. Ela antes educa nossa percepção do mundo e abre os nossos olhos e mentes para outras possibilidades”, cito mais uma vez Tim Ingold (2015:327-348). É essa atitude antropológica da escuta e da participação que pode, como venho argumentando, ser um caminho interessante de inflexão para a arquitetura e urbanismo. Um projeto *com* as pessoas, e não *para* ela.

Minha primeira experiência de observação participante foi na Vila Autódromo, entre 2015 e 2017. A Vila Autódromo teve projeção internacional como um movimento de resistência às remoções do poder público para a construção da “cidade olímpica” e de contestação dos legados prometidos por esse evento. Nos meus primeiros dias de trabalho de campo, chamava a minha atenção como aquele movimento conseguia reunir pessoas de várias partes do mundo.

Os moradores contavam com muitos “apoiadores”, como eram conhecidas as pessoas de fora, que se encontravam na Vila para ajudar como podiam. Era ocasião para escutar as histórias de vida dos moradores e suas motivações para permanecerem ali. Com isso aprendemos sobre relações territoriais, sobre processos urbanos da cidade do Rio de

Janeiro, sobre noções e práticas comunitárias e articulação política de movimentos sociais.

A Vila Autódromo foi - e ainda é - um movimento muito potente de disputa pela cidade e de contestação do modelo de financeirização que coloniza a terra urbana. Da convergência entre moradores e apoiadores nasceu o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, uma ferramenta de urbanismo que serviu para disputar o “direito e a real possibilidade de continuar existindo, em condições adequadas de urbanização, serviços públicos e acesso ao desenvolvimento econômico, social e cultural” (Associação de moradores e pescadores da Vila Autódromo, 2016).

A luta da Vila Autódromo continua, e de maneira mais ampliada. Agora, com o Museu das Remoções, que é um projeto que nasceu da articulação dos moradores com a comunidade acadêmica, movimentos sociais e outras instituições. Hoje, o Museu das Remoções existe como força de contestação e em defesa de uma cidade mais democrática e menos privativa.

O outro lado da antropologia nos cruzamentos da cidade argumenta que, no limite, vivemos eternamente no *campo*. Mas não o campo mítico que pressupõe deslocamento para um contexto de extrema alteridade onde aprendemos com os *outros* como é que eles vivem para escrever uma etnografia. Nesse sentido mais alargado da antropologia, como uma postura de atenção e escuta, estamos sempre aprendendo quando nos relacionamos com pessoas, independente do contexto. Quero dizer que não fazemos antropologia só no campo. Circulamos pelas ruas da cidade, por bares e restaurantes, frequentamos inúmeros espaços sociais e nos conectamos com pessoas e grupos em diversos ambientes culturais. Andar pela cidade é um campo imenso de possibilidades para interagir com sujeitos que não conhecemos. A pessoa que puxa assunto no ônibus, na fila do banco, que reclama dos preços na fila do mercado, até mesmo os encontros ao acaso. Ter atenção antropológica é entender que nada é trivial na cidade.

E os cronistas dos jornais cariocas dos anos 1960 sabiam bem disso. Stanislaw Ponte Preta fez galhofa dos “inferninhos” de Copacabana “onde o diabo não entra para não ficar com

complexo de inferioridade”.⁵ Viver e experienciar a cidade tem essa possibilidade de encontrar espacialidades com moralidades próprias que orientam as pessoas inseridas nesses universos. Mas, é claro, nem sempre estamos para *fazer* antropologia. Às vezes queremos só nos divertir.

Chamo a atenção para o fato de estarmos constantemente interagindo com pessoas. Cruzamos histórias vidas e somos atravessados cotidianamente pelos *outros*. Disso podem nascer projetos, oportunidades, amores e brigas, ou seja, toda sorte de sentimentos e relações que ressoam em nossas trajetórias. Nos situamos em ambientes diversos, estamos sempre aprendendo, e isso exige humildade e generosidade.

Por fim, ressalto a dimensão pedagógica das ruas em suas dinâmicas de ajuntamento. As ruas guardam a história das cidades, contam por suas camadas de urbanidade, pelos monumentos e pelas memórias que circulam. E a rua tem Dono, tem quem zela por ela, e que nada tem a ver com a lógica privatista que falamos anteriormente. Para flunar pelas ruas, também é bom pedir licença.

Referências bibliográficas:

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. 2015. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. 2016. Plano Popular da Vila Autódromo. Rio de Janeiro.
- CORULLON, Martin. 2016. “Apresentação”. In: Alejandro Zaera-Polo. *Arquitetura em diálogo*. São Paulo: UBU Editora. p. 7-12.
- COSTA, Lucio. 2010. “Brasília foi feita para o homem com fé num Brasil e num mundo melhores”. Ana Luiz Nobre. *Encontros - Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. p. 46-53.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. 2020. “Das filosofias vagabundas”. In: Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Rafael Haddock-Lobo. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 8-10.

⁵ A crônica tem o título “Inferninhos e o Gervásio”, está na coletânea “A fina flor Stanislaw Ponte Preta” (Cia. das Letras, 2021).

- GOLDMAN, Marcio. 1994. *Razão e diferença: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl*. Rio de Janeiro: Ponteio Edições.
- GORELIK, Adrián. 2005. “A produção da cidade latino-americana”. *Tempo social*, 17(1): 111-133.
- INGOLD, Tim. 2015. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes.
- INGOLD, Tim. 2019. *Antropologia: Para que serve?*. Petrópolis: Vozes.
- KOOLHAAS, Rem. 2016. “Encontrando liberdades”. In: Alejandro Zaera-Polo. *Arquitetura em diálogo*. São Paulo: UBU Editora. p. 15-48.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. 2020. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidade).
- MELLO, Marco Antônio da Silva, VOGEL, Arno e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1980. *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP.
- MIRAFTAB, Faranak. 2016. “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3): 363-377.
- REZENDE, Julia Sant’Anna Gomes de. 2016. *Zonzo: investigadores urbanos*. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ROLNIK, Raquel. 2015. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- RUFINO, Luiz. “Seu Zé para prefeito”. In: Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Rafael Haddock-Lobo. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 76-79.
- RUFINO, Luiz. 2020. “Santíssima trindade da rua”. In: Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Rafael Haddock-Lobo. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 102-105.

- RUFINO, Luiz. 2020. “Capital do subúrbio carioca”. In: Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Rafael Haddock-Lobo. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 141-144.
- SIMAS, Luiz Antonio. 2019. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT/UnB, 2015.
- SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, p. 207-236, 2006.
- SIMAS, Luis Antonio, RUFINO, Luiz e HADDOCK-LOBO, Rafael. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2019.

Enviado: 31/01/2021
Aceito: 10/01/2022